

Regulação e Modelos de Governança para a Transição Justa no setor de Mineração é tema do webinar da FGV Europe

*Participantes do seminário foram o Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, do Ministério de Minas e Energia do Brasil, **Alexandre Vidigal de Oliveira**; o Superintendente de Mineração, Energética e Logística da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (SEDE), **Marcelo Ladeira Moreira da Costa**; a pesquisadora e especialista em governança para Transição Justa do Instituto Wuppertal para o Clima, Meio Ambiente e Energia, **Maria Yetano Roche**; o diretor de Assuntos Corporativos da Anglo American, **Ivan de Araújo Simões Filho**; o professor da FGV Direito Rio **Rômulo Sampaio** e o professional fellow da FGV Europe, **Hannes Schwertfeger**. A moderação do evento foi feita pelo coordenador de Projetos da FGV Europe, **Marco Contardi**.*

O seminário faz parte de uma agenda de atividades previstas até dezembro incluídas na iniciativa de cooperação técnica bilateral Brasil – Alemanha “Rumo a uma Transição Justa: Uma Oportunidade para Minas Gerais”.

Na segunda edição da série de webinários da "Transição Justa" no dia 23 de setembro de 2020, a FGV Europe debateu o tema "Regulação e Modelos de Governança para a Transição Justa na Mineração". O objetivo do evento foi apresentar aspectos regulamentares sobre modelos de governança territorial, aspectos socioambientais e envolvimento dos stakeholders no âmbito da Transição Justa no setor de mineração. Além disso, foram apresentados casos europeus relevantes sobre estes temas.

A abertura foi feita por Marco Contardi com a apresentação dos palestrantes. Ele reafirmou o objetivo e acrescentou que *“é um foco de uma metodologia que a Europa e a Alemanha desenvolveram bastante e que agora o Brasil pode tornar-se uma referência”*.

O Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM) Ministro de Minas e Energias, Alexandre Vidigal de Oliveira, citou o objetivo do Painel e abordou algumas reflexões á proposição do painel, tais como: o que é uma transição justa? Onde queremos chegar? Qual a dimensão para que ela realmente seja justa? De acordo com o Secretário, a transição justa deve ter uma devida atenção, porque traz em si muitas subjetividades. Ele citou também que a Transição Justa não deve ter um foco somente no componente econômico, mas também *“tem que ser social, educacional, cultural, profissional, tecnológica, e psicológica”*. Conforme foi dito pelo Secretário, *“para compreender o “justo” da transição justa, é fundamental ter um compromisso transformador e também um compromisso de resgate. Resgate com o intuito de “estabelecer o modo de vida que foi modificado”*. Adicionou ainda, que a transição não é somente incumbência do empreendedor, mas também, da sociedade e do poder público que devem estar engajados, possibilitando assim a decisão de como realizar essa transição da melhor forma. Para essa conquista é importante a admissão de um plano de governança, o qual não tem um foco somente na empresa em questões internas, mas que se preocupa com um contexto e que abrange a satisfação da sociedade, do estado e dos demais *stakeholders*.

Marcelo Ladeira Moreira da Costa, superintendente de Política Minerária, Energética e Logística deu continuidade ao 2º Webinar com o tema *“CFEM como instrumento da Política de desenvolvimento Econômico”*, aclarando assim a Compensação financeira pela exploração de Recursos Minerais (CFEM). Marcelo explicou a natureza jurídica da CFEM, considerada pelo poder público como receita originária e não de natureza tributária. É também uma receita de capital pois é decorrente de uma propriedade do estado. Foi explicado também a distribuição da CFEM, na qual 60% dos recursos arrecadados são dos Municípios Produtores, 15% do Estado, 13% dos municípios impactados e 2% dos afetados pela perda de receita.

Marcelo explicou que a interpretação da CFEM traz consigo uma carga negativa, derivada da imagem que a mineração tem hoje. E opinou que o termo ou nome CFEM não foi muito bem colocado, pois muitas pessoas não entendem o sentido em que a *“compensação” foi colocada, “não porque se compensa os impactos negativos da mineração; o que se compensa é uma riqueza que pertence ao estado Brasileiro, e essa riqueza a medida que ela é transferida para uma pessoa jurídica de direito privado, o estado deve ser remunerado, compensado financeiramente”*. Segundo o Superintendente, o destino correto para os recursos provenientes da CFEM, deve ser em despesas de capital, gerando investimentos, como por exemplo: ampliar serviços públicos, melhorar estruturas, e buscar uma diversificação da atividade econômica. Marcelo também questionou a porcentagem que deve ser destinada para atividades relacionadas à diversificação econômica. Em relação a diversificação existem vários desafios, como *“risco da armadilha da baixa complexidade e destinação dos recursos com baixa visão de longo prazo”*. Lançou também propostas para esse desafio, exemplificando o estabelecimento de governança que permita a participação da sociedade civil, e uma transparência na aplicação de recursos.

O Professor Rômulo Sampaio abordou a questão da Regulação, introduzindo o contexto constitucional. Em 1988 a Constituição já havia *“pensado”* na transição justa, pois o legislador daquela época trouxe uma preocupação específica relacionada à mineração, a qual refere-se à lei da obrigação da recuperação do meio ambiente degradado após a exploração de recursos minerais. Rômulo também refletiu sobre a questão Infraconstitucional, que tange na Política Nacional do Meio Ambiente - Lei 6.938/81, no Licenciamento Ambiental e nas Normas da agência reguladora (ANM- antigo DNPM). Segundo Rômulo, *“na medida em que os estados foram se aparelhando e ganhando poderes e competências para desenvolver esse licenciamento, levou a sua evolução para o licenciamento de descomissionamento, no qual essa transição é pensada por locais de mineração no Brasil”*

O Professor questionou ainda o surgimento do interesse em discutir essa transição Justa, e comentou que já existia esse interesse, pois Minas Gerais percebeu que passou a viver com muitas minas abandonadas, o que levou a realização de um diagnóstico, em 2016, sobre o cadastro de minas paralisadas e abandonadas. Esse diagnóstico mostrou que 27% das minas eram abandonadas e 73% paralisadas, dentre elas 58% estavam paralisadas sem controle ambiental e 42% com controle ambiental. Aclarando que muitos desses abandonos eram por conta de burocracias excessivas do estado. Contudo, Minas Gerais fez um relatório tomando como exemplo instituições do mundo inteiro, criando assim uma norma de descomissionamento. Em 2018 foi criado um novo regulamento, o qual visa um Plano Ambiental de fechamento de minas. Rômulo concluiu que há uma necessidade de um sistema que seja mais inclusivo, com uma participação maior das comunidades envolvidas na própria construção desse plano.

Maira Yetano Rocha do Instituto Wuppertal apresentou algumas regiões europeias que enfrentam uma transição e deu-nos uma visão sobre um *Toolkit* útil da União Europeia (EU) estabelecido para apoiar as regiões carboníferas da UE em transição. Concentrando-se no *“Toolkit de Governança de Transições”*, que fornece informações sobre as principais considerações de governança para as regiões carboníferas que prosseguem a descarbonização e diversificação das suas economias. Este *Toolkit* aborda quatro tópicos: construção de modelos de governança eficazes; concepção e implementação de processos de envolvimento dos *Stakeholders* e de diálogo social; e reforço do papel da sociedade civil na transição. Ela deixou claro que existe uma necessidade de uma grande colaboração: *“devido à variedade de Stakeholders e à complexidade da Transição.”* Isto mostra a importância dos Modelos de governança.

Hannes Schwertfeger nos mostrou como a Exposição Internacional de Construção Civil (IBA) pode ser usada como instrumento para um planejamento a longo prazo. Para conseguir não apenas uma mudança econômica, mas também nos aspectos sociais, culturais e ecológicos: *“A duração de uma IBA é de cerca de 10 anos. [...] É um formato de desenvolvimento urbano e regional.”* Ele mostrou que a

maneira de pensar da IBA pode ser tomada como um plano para começar a pensar mais sobre a regulação e modelos de governança para a " *Transição justa no setor de mineração*" em Minas Gerais.

Ivan de Araújo informou sobre o Plano de Mineração sustentável, no qual também está envolvido o Desenvolvimento Regional Colaborativo (CRD). No CRD é feita uma análise espacial com o intuito de criar uma visão conjunta, a qual permita o alinhamento de diversos atores regionais. Há também uma parte de governança no programa, que visa potencializar o impacto positivo gerado pelos investimentos socioeconômicos feitos na região, e um financiamento conjunto visando a redução da dependência de atividades que estão ligadas à mineração. Hoje se encontram em uma parceria com a Universidade Federal de Viçosa para fazer um diagnóstico espacial da região, buscando um desenvolvimento além do território onde se encontram. Nessa primeira análise foram englobados 103 municípios da região norte a leste de Belo Horizonte. Contudo foi feita uma primeira análise com o apoio da FGV com a intenção de identificação dos tipos de vocações mais comuns nas regiões, que seria um ponto de partida para a busca de parcerias em paralelo com a atividade de mineração poder desenvolver todo o território pensando no pós mineração.

Para mais informações visite os nossos sites:

Site FGV Europe:

<https://fgveurope.fgv.br/>

Página FGV Europe dedicada a Transição Justa

<https://fgveurope.fgv.br/projects>

Site exclusivo da iniciativa/evento Transição Justa, em Português e Inglês:

<https://eventos.fgv.br/transicao-justa>

<https://eventos.fgv.br/en/just-transition>

Se desejar contatar os nossos especialistas, por favor, envie um email para: FGV Europe, fgveurope@eu.fgv.br